

SIMPÓSIO 103

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

MIGRAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO MRA

Eixo Temático:

4 - Direitos Humanos e Pessoas/Grupos em Situação de Vulnerabilidade;

Coordenadores:

Nome da Coordenadora 1: Isabelle Dias Carneiro Santos

Vinculação Institucional: Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo Curricular: Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Estágio Pós doutoral em Direito Público, com ênfase em direitos humanos e fundamentais, pela Universidad de Santiago de Compostela, e em Direito Internacional e Comparado pela Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências-Jurídico Internacionais pela Universidade de Lisboa. Especialista em Relações Internacionais pela Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais. Experiência em direito internacional, direitos humanos e direito da integração, com publicações nacionais e internacionais com temas relacionados aos grupos vulneráveis e minorias. Membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (Membro do Comitê Científico da Associação Brasileira de Direito Internacional).

Nome do Coordenador 2: Rickson Rios Figueira

Vinculação Institucional: Professor na Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Resumo Curricular: Doutor em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Estudos Avançados em Direito, Empresa e Justiça, pela Universidade de Valencia. Pós-graduado em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR). Pesquisador do Observatório de Políticas Migratórias da América Latina do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM-UFRJ) e do Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI/UFRR). Membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVN/UFRR). Membro do Comitê Científico da Associação Brasileira de Direito Internacional.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Linha 1: Status jurídico, trabalho e produção da precariedade: a inserção econômica condicionada de migrantes, refugiados, apátridas e povos indígenas



Esta linha examina a inserção econômica de migrantes, refugiados, apátridas e povos indígenas em mobilidade a partir da relação entre status jurídico e acesso a direitos trabalhistas e sociais. Parte-se da premissa de que categorias jurídicas — como refúgio, residência, proteção complementar ou ausência de status — não apenas regulam a mobilidade, mas estruturam formas diferenciadas de acesso ao trabalho e à proteção jurídica.

Interessa analisar como tais diferenciações contribuem para a produção de condições de precariedade, incluindo informalidade, exploração e limitação de direitos, bem como o papel do direito internacional e dos ordenamentos nacionais na regulação dessas dinâmicas.

A linha acolhe pesquisas que abordem, por exemplo, as restrições jurídicas ao acesso ao trabalho com base no status migratório; a precarização laboral de migrantes em contextos de irregularidade; os limites da proteção trabalhista em cadeias produtivas transnacionais; o acesso a direitos sociais (saúde, educação, seguridade) sob regimes de residência precária; bem como análises interseccionais que considerem gênero, raça e etnia na distribuição desigual de proteção.

Também são bem-vindos estudos sobre mobilidade indígena e inserção econômica em contextos transfronteiriços, incluindo os desafios à adequação dos regimes jurídicos estatais frente a formas não estatais de territorialidade e organização social.

Em termos mais amplos, a linha busca compreender de que modo o direito participa da produção, regulação ou mitigação das desigualdades que marcam a inserção econômica de populações em mobilidade.

Linha 2: Status, indeterminação jurídica e limbos legais: a produção da precariedade nos regimes contemporâneos de mobilidade

Esta linha propõe examinar a produção de precariedade jurídica a partir da indeterminação de status que caracteriza crescentemente as experiências de migrantes, refugiados, apátridas e povos indígenas em mobilidade. Parte-se da hipótese de que o direito, ao operar por meio de categorias restritivas, regimes provisórios e mecanismos de diferimento decisório, contribui para a constituição de “limbos jurídicos” nos quais o acesso a direitos permanece suspenso, condicionado ou fragmentado.

Interessa analisar situações como proteção temporária, ausência de reconhecimento formal, morosidade nos processos de determinação da condição de refugiado, regimes de tolerância administrativa e outras formas de inclusão precária. A linha acolhe pesquisas que abordem, por exemplo, a produção institucional da incerteza jurídica; a temporalidade prolongada da espera em procedimentos migratórios; os efeitos da indeterminação de status sobre o acesso a direitos fundamentais; a situação de pessoas apátridas e a ausência de reconhecimento jurídico; bem como os limites das categorias tradicionais de proteção diante de deslocamentos associados a crises ambientais, violência estrutural e expropriação territorial.

Também são incentivadas análises sobre a inadequação das categorias jurídicas estatais frente à mobilidade de povos indígenas em contextos transfronteiriços, especialmente quando tais mobilidades desafiam os pressupostos territoriais do direito estatal.

O objetivo geral desta linha é compreender como o direito, ao invés de apenas proteger, pode produzir zonas de incerteza, suspensão e vulnerabilidade jurídica.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

**Português (X)
Inglês (X)**



**XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar
13 a 15 de outubro de 2026 – Coimbra/Portugal**



**Francês (X)
Espanhol (X)**



www.cidhcoimbra.com



contact@cidhcoimbra.com



[@cidhcoimbra](https://www.instagram.com/cidhcoimbra)

SYMPOSIUM

Modality:

Online

Symposium:

CROSS-BORDER MIGRATION AND THE PROTECTION OF MRS

Thematic area:

4 – Human Rights and People/Groups in Situations of Vulnerability;

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Isabelle Dias Carneiro Santos

Institution: Professor at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS)

Curricular Summary: Doctor of Political and Economic Law from Mackenzie Presbyterian University. Post-doctoral internship in Public Law, with emphasis on human and fundamental rights, at the University of Santiago de Compostela, and in International and Comparative Law at the University of São Paulo. Master in International Legal Sciences from the University of Lisbon. Specialist in International Relations from the Pontifical Catholic University of Minas Gerais. Experience in international law, human rights and integration law, with national and international publications on topics related to vulnerable groups and minorities. Member of the Sérgio Vieira de Mello Chair (Member of the Scientific Committee of the Brazilian Association of International Law).

Name of Coordinator 2: Rickson Rios Figueira

Institution: Professor at the Federal University of Roraima (UFRR)

Curricular Summary: Doctor of Sociology and Law from the Federal Fluminense University. Master of Laws from Gama Filho University. Advanced Studies in Law, Business and Justice from the University of Valencia. Postgraduate degree in Contemporary History from the Federal Fluminense University. Bachelor of Laws from the Federal University of the State of Rio de Janeiro. Professor in the Postgraduate Program in Society and Borders (PPGSOF/UFRR). Researcher at the Observatory of Migration Policies in Latin America of the Interdisciplinary Center for Migration Studies (NIEM-UFRJ) and the Amazonian Center for Research in International Relations (NAPRI/UFRR). Member of the Sérgio Vieira de Mello Chair (CSVN/UFRR). Member of the Scientific Committee of the Brazilian Association of International Law.

Line(s) of discussion (symposium description):

Line 1: Legal status, work, and the production of precariousness: the conditional economic inclusion of migrants, refugees, stateless persons, and indigenous peoples.



This line examines the economic integration of migrants, refugees, stateless persons, and indigenous peoples in mobility, based on the relationship between legal status and access to labor and social rights. It starts from the premise that legal categories—such as refuge, residence, complementary protection, or lack of status—not only regulate mobility but also structure differentiated forms of access to work and legal protection.

It is important to analyze how such differentiations contribute to the production of precarious conditions, including informality, exploitation, and limitation of rights, as well as the role of international law and national legal systems in regulating these dynamics.

This research line welcomes studies that address, for example, legal restrictions on access to work based on immigration status; the precarious employment of migrants in irregular contexts; the limits of labor protection in transnational production chains; access to social rights (health, education, social security) under precarious housing regimes; as well as intersectional analyses that consider gender, race, and ethnicity in the unequal distribution of protection.

Studies on indigenous mobility and economic integration in cross-border contexts are also welcome, including the challenges to adapting state legal systems to non-state forms of territoriality and social organization.

In broader terms, this line of research seeks to understand how law participates in the production, regulation, or mitigation of inequalities that characterize the economic inclusion of populations in mobility.

Line 2: Status, legal indeterminacy, and legal limbo: the production of precariousness in contemporary regimes of mobility.

This line of research proposes to examine the production of legal precarity based on the indeterminate status that increasingly characterizes the experiences of migrants, refugees, stateless persons, and indigenous peoples in mobility. It starts from the hypothesis that the law, by operating through restrictive categories, provisional regimes, and mechanisms of decisional deferral, contributes to the constitution of "legal limbos" in which access to rights remains suspended, conditional, or fragmented.

This research line is of interest to analyze situations such as temporary protection, lack of formal recognition, delays in refugee status determination processes, regimes of administrative tolerance, and other forms of precarious inclusion. It welcomes research that addresses, for example, the institutional production of legal uncertainty; the prolonged waiting time in migration procedures; the effects of status indeterminacy on access to fundamental rights; the situation of stateless persons and the absence of legal recognition; as well as the limits of traditional categories of protection in the face of displacement associated with environmental crises, structural violence, and territorial expropriation.

Analyses are also encouraged regarding the inadequacy of state legal categories in the face of the mobility of indigenous peoples in cross-border contexts, especially when such mobilities challenge the territorial assumptions of state law.

The overall goal of this line of research is to understand how the law, instead of merely protecting, can produce zones of uncertainty, suspension, and legal vulnerability.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

**Portuguese (X)
English (X)
French (X)**



**XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar
13 a 15 de outubro de 2026 – Coimbra/Portugal**



Spanish (X)



www.cidhcoimbra.com



contact@cidhcoimbra.com



[@cidhcoimbra](https://www.instagram.com/cidhcoimbra)

SIMPOSIO

Tipo de implementación:

En línea

Simposio:

MIGRACIÓN TRANSFRONTERIZA Y PROTECCIÓN DE LAS POBLACIONES MRA

Eje temático:

4 – Derechos Humanos y Personas/Grupos en Situación de Vulnerabilidad;

Coordinadores:

Nombre de la Coordinadora 1: Isabelle Dias Carneiro Santos

Vinculación Institucional: Profesora de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumen curricular: Doctora en Derecho Político y Económico por la Universidad Presbiteriana Mackenzie. Pasantía postdoctoral en Derecho Público, con énfasis en derechos humanos y fundamentales, en la Universidad de Santiago de Compostela, y en Derecho Internacional y Comparado en la Universidad de São Paulo. Máster en Ciencias Jurídicas Internacionales por la Universidad de Lisboa. Especialista en Relaciones Internacionales por la Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais. Experiencia en derecho internacional, derechos humanos y derecho de la integración, con publicaciones nacionales e internacionales sobre temas relacionados con grupos vulnerables y minorías. Miembro de la Cátedra Sergio Vieira de Mello. Miembro del Comité Científico de la Asociación Brasileña de Derecho Internacional.

Nombre del Coordinador 2: Rickson Rios Figueira

Vinculación Institucional: Profesor de la Universidad Federal de Roraima (UFRR)

Resumen curricular: Doctor en Sociología y Derecho por la Universidad Federal Fluminense. Máster en Derecho por la Universidad Gama Filho. Estudios avanzados en Derecho, Negocios y Justicia por la Universidad de Valencia. Posgrado en Historia Contemporánea por la Universidad Federal Fluminense. Licenciado en Derecho por la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro. Profesor del Programa de Posgrado en Sociedad y Fronteras (PPGSOF/UFRR). Investigador del Observatorio de Políticas Migratorias en América Latina del Centro Interdisciplinario de Estudios Migratorios (NIEM-UFRJ) y del Centro Amazónico de Investigación en Relaciones Internacionales (NAPRI/UFRR). Miembro de la Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM/UFRR). Miembro del Comité Científico de la Asociación Brasileña de Derecho Internacional.

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):



Línea 1: Estatus jurídico, trabajo y producción de precariedad: la inclusión económica condicional de migrantes, refugiados, apátridas y pueblos indígenas.

Esta línea de investigación examina la integración económica de migrantes, refugiados, apátridas y pueblos indígenas en situación de movilidad, centrándose en la relación entre el estatus jurídico y el acceso al trabajo y a los derechos sociales. Parte de la premisa de que las categorías jurídicas —como refugio, residencia, protección complementaria o falta de estatus— no solo regulan la movilidad, sino que también estructuran formas diferenciadas de acceso al trabajo y a la protección jurídica.

Es importante analizar cómo dichas diferenciaciones contribuyen a la generación de condiciones precarias, incluyendo la informalidad, la explotación y la limitación de derechos, así como el papel del derecho internacional y los sistemas jurídicos nacionales en la regulación de estas dinámicas.

Esta línea de investigación acoge con beneplácito estudios que aborden, por ejemplo, las restricciones legales al acceso al trabajo basadas en el estatus migratorio; el empleo precario de los migrantes en contextos irregulares; los límites de la protección laboral en las cadenas de producción transnacionales; el acceso a los derechos sociales (salud, educación, seguridad social) en regímenes de vivienda precarios; así como análisis interseccionales que consideren el género, la raza y la etnia en la distribución desigual de la protección.

También se aceptan estudios sobre la movilidad indígena y la integración económica en contextos transfronterizos, incluidos los retos que supone adaptar los sistemas jurídicos estatales a las formas no estatales de territorialidad y organización social.

En términos más generales, esta línea de investigación busca comprender cómo el derecho participa en la producción, regulación o mitigación de las desigualdades que caracterizan la inclusión económica de las poblaciones en la movilidad.

Línea 2: Estatus, indeterminación jurídica y limbo legal: la producción de precariedad en los regímenes de movilidad contemporáneos.

Esta línea de investigación se propone examinar la producción de precariedad jurídica basada en el estatus indeterminado que caracteriza cada vez más las experiencias de migrantes, refugiados, apátridas y pueblos indígenas en movilidad. Parte de la hipótesis de que el derecho, al operar mediante categorías restrictivas, regímenes provisionales y mecanismos de aplazamiento de decisiones, contribuye a la constitución de "limbos jurídicos" en los que el acceso a los derechos permanece suspendido, condicionado o fragmentado.

Esta línea de investigación interesa para analizar situaciones como la protección temporal, la falta de reconocimiento formal, las demoras en los procesos de determinación del estatuto de refugiado, los regímenes de tolerancia administrativa y otras formas de inclusión precaria. Acoge con beneplácito investigaciones que aborden, por ejemplo, la producción institucional de incertidumbre jurídica; el tiempo de espera prolongado en los procedimientos migratorios; los efectos de la indeterminación del estatuto en el acceso a los derechos fundamentales; la situación de las personas apátridas y la ausencia de reconocimiento legal; así como los límites de las categorías tradicionales de protección frente al desplazamiento asociado a crisis ambientales, violencia estructural y expropiación territorial.

También se recomienda realizar análisis sobre la insuficiencia de las categorías jurídicas estatales ante la movilidad de los pueblos indígenas en contextos transfronterizos, especialmente cuando dicha movilidad pone en entredicho los supuestos territoriales del derecho estatal.

El objetivo general de esta línea de investigación es comprender cómo la ley, en lugar de simplemente proteger, puede generar zonas de incertidumbre, suspensión y vulnerabilidad jurídica.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)
Inglés (X)
Francés (X)
Español (X)